

O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE PARA DEFICIENTES FÍSICOS COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Marilene Silva do Evangelo¹
Louise Marilack Pereira da Silva²;
Cleomara Rodrigues do Nascimento³;
Alda Maria Silva do Evangelho⁴;
Cecília Regina Galdino Soares⁵;

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma revisão sistemática, reunindo trabalho com conteúdos relacionados ao tema em questão, norteado com o objetivo de identificar por meio de estudos, trabalhos semelhantes ao tema, as causas, as consequências e a melhor intervenção a ser aplicada para uma Educação Inclusiva de qualidade a deficientes físicos, principalmente ao âmbito escolar, as principais interrogações acerca da exclusão social, a esses sujeitos que ainda estão à margem da sociedade estabelecendo as relações entre essas variáveis e o problema em foco, demonstrando frente a essa problemática, o papel a conduta e a intervenção acessória para erradicação do problema. Foram selecionados trabalhos no período de 2014 a 2018 que estivessem apontando resultados relacionados ao tema abordado, as publicações, os títulos, e o ano influenciaram na escolha dos trabalhos, para uma melhor abordagem e contribuição do profissional de Serviço Social à problemática. Os resultados oriundos da análise dos diversos artigos apontaram uma base rica e eficaz para o levantamento dos dados necessários para montagem desse trabalho, os mesmos evidenciaram a complexidade em relação ao tema, dados de extrema relevância existência entre os temas investigados, demonstraram a existência de uma natureza sequencial e complementar entre as trajetórias de caráter e desenvolvimento pessoal, social, e escolar, relacionadas a demanda existente atualmente. Um marco importante para o avanço e progresso dessa problemática foi a concretização de leis que beneficiaram o processo de educação inclusiva no país.

Palavras-chave: Serviço Social. Intervenção Profissional. Deficiente Físico.

Introdução

A educação inclusiva é entendida como um processo de inclusão de portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem, movimentos referentes tiveram início nos Estados Unidos através da Lei Pública 94. 142 de 1975.

¹ Estudante do Curso de pós-graduação Instituto Federal do Maranhão-IFMA Campus Caxias; E-mail: marilene14evangelho2@gmail.com;

² Estudante do Curso de pós-graduação Instituto Federal do Maranhão-IFMA Campus Caxias; E-mail: louise_marilack@hotmail.com;

³ Estudante do Curso de pós-graduação Instituto Federal do Maranhão-IFMA Campus Caxias; cnascimento@acad.ifma.edu.br;

⁴ Estudante do Curso de pós-graduação Instituto Federal do Maranhão-IFMA Campus Caxias; aldaevangelho@hotmail.com;

⁵ Professora do Instituto Federal do Maranhão, Campus Caxias. Msc. em Saúde da Criança e Adolescente; e-mail: cecilia.soares@ifma.edu.br;

Em 1996, a nova LDB 9.394, estabelece diretrizes a base da educação nacional, o capítulo V é referente a educação inclusiva, e nos artigos 58º a 60º, encontra-se ações com um olhar especial voltado a essa problemática. A lei nº 7853, estabelece normas gerais para o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência e sua efetiva integração social.

Na educação básica foram instituídas diretrizes nacionais voltadas à educação especial inclusiva, a resolução CNE – CEB nº 02 – 2001, define essa inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, com uma atenção dirigida a minimizar os problemas relacionados a essa problemática.

O movimento de inclusão visa integrar esses sujeitos que apresenta necessidades especiais, o ministério da Educação e Cultura (MEC), estabelece diretrizes para ações que integrem a um olhar especial no atendimento aos portadores de necessidades especiais, a LBA (Legião Brasileira de Assistência) e o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) movimentam ações relacionadas a agilizar o atendimento melhorado e aprendizado em vários aspectos ligados ao bem-estar e o pleno exercício dos direitos individuais e sociais desses sujeitos e a efetiva integração social de pessoas portadoras de necessidades especiais.

A Educação Especial tem o apoio técnico e financeiro, junto às instituições públicas ou particulares do (CENESP-MEC) Centro Nacional de Educação Especial, que com a portaria de nº 69 define à educação especial à um desenvolvimento pleno e eficaz do aluno.

O CSIE (Centro for Estudiosos Inclusive Education) sediado em Bristol da comunidade britânica tem elaborado imensuráveis documentos em defesa e respeito à educação especial, tem espedido inúmeras notas sobre as perspectivas de inclusão o que vem ajudando, contribuindo no mundo todo, servindo como base e demonstrando um novo cenário em relação à Educação Inclusiva, revelando mais oportunidades com impactos efetivos e consideráveis. Devem-se obter estratégias baseadas em pesquisas que contribua na efetivação da acessibilidade.

Oportunizar a todos que aprendam juntos embora tendo objetivos e processos diferentes, propiciar ao professor reconhecer e estabelecer diversas formas criativas e dinamizadas de atuação para que haja um entendimento integrado entre todos. (MARCH, 1998).

A deficiência, o gênero, o preconceito, a idade, a educação, a cor, o preconceito, a sexualidade, são obviamente marcados de uma convivência em sociedade sinalado pela exclusão social e que não garante oportunidade igual a todos os sujeitos. A inclusão escolar consiste na ideia de que todos as pessoas da sociedade independentemente de cor, raça,

deficiência, idade, etc, para que tenham acesso a uma educação de qualidade garantindo a autonomia e o direito de ir e vir.

Segundo Sasaki (2012, p. 1)

Inclusão é o processo pelos quais os sistemas sociais comuns são tomados adequados para toda adversidade humana composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos, com a participação das próprias pessoas na formação e execução dessas adequações.

Os deficientes físicos, principalmente os cadeirantes, precisam de fácil acesso, como calçadas com rampas acessíveis, para um acesso favorável, um bom convívio em sociedade e para que se sintam valorizados e representados dentro da sociedade, deixando de lado a impressão de que as necessidades dos acessos são ignoradas, impossibilitando esses sujeitos do seu direito de ir e vir.

1 Inclusão social no âmbito escolar

Visa excluir o preconceito e a discriminação dos sujeitos com necessidades especiais ou específicas, garantindo a eles ações inclusivas que consistam em oportunizar espaços favoráveis na formação do ser humano como um cidadão de direito.

Existem no Brasil grandes desigualdades sociais a exclusão social é de fato consequências muitas vezes invencíveis grupos sociais por não terem os direitos básicos garantido como cidadão. O BF (Bolsa Família), fome zero, minha casa minha vida, entre outros programas governamentais atuam na diminuição da exclusão social no país, sendo uma ação eficaz, com pessoas positivas e animadores muitos que se beneficiam desses programas.

2 Educação Inclusiva nas Escolas, Serviço Social e a Atuação

Atualmente a Educação Inclusiva tem sido foco de reprimenda e discussão, criando ênfase no processo de participação de todos os interessados na ascensão educacional de Inclusão na Educação Escolar.

Existem vários obstáculos a serem rompidos, barreiras que afetam os deficientes físicos, e exige-se práticas docentes que contribuam com uma acessibilidade eficaz do deficiente no cotidiano escolar.

Ao assistente social faz-se necessário conhecer a demanda, entender suas necessidades prévias para que assim o trabalho do mesmo torne-se mais assegurado, propiciando a

facilidade da integração, e do aprendizado do aluno com maior eficiência e resultados positivos diante do que se está vivenciando, portanto à prática dessas ações chega a tornar-se imprescindível nas intervenções do assistente social junto ao Educador na solução dos inúmeros processos e situações existentes nas instituições de ensino. A inclusão de pessoas com deficiência física tem avançado muito, mais conforme a legislação sugere contribuindo para o desenvolvimento social e cognitivo dos alunos com deficiência física.

De acordo com Voltoline (2000),

Por isso a discussão sobre inclusão tende a transcorrer mais como um debate (ou com debate) onde o importante é a defesa de opiniões e menos como um enfrentamento do real, neste caso o real da diferença irreduzível destes indivíduos, impossível de ser eliminado seja com a política da escola especial, seja com a política da escola inclusiva (grifos do autor)

3 Lei e Inclusão

As leis que garantem os direitos são de suma importância no combate a todo ato de exclusão social ainda existente nos dias atuais.

As leis asseguram conquistas no campo da educação para pessoas com deficiências físicas, essas leis levam o país garantir um sistema educacional inclusivo, em todos níveis.

De 1988 a 2015 foram sendo desenvolvidas leis, projetos, ações, movimentos que vem garantindo o direito, o acesso de pessoas com deficiência nas instituições de ensino.

Legislações:

O conselho nacional de educação (CNE) nas diretrizes nacionais pela educação especial na Educação Básica na resolução n. 02 de 2002, cita:

Educação especial modalidade de educação escolar entende-se como um processo educacional que se materializa por meio de um conjunto de recursos e serviços educacionais, especiais, organizados para apoiar, complementar, suplementar e em alguns casos substituir aos serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidade educacionais especiais, diferentes dos da maioria de crianças e jovens em todos os sinais e modalidades de educação e ensino (BRASIL, lei 10.436 de 2002).

A lei nº 9.394/1996 oferece ao deficiente físico auxílio para o atendimento dos alunos com deficiência:

Define educação especial, assegura o atendimento aos educandos com necessidade especial e estabelece critérios da caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.

O Estado assegura de imediato, mediante a lei que o acesso é gratuito e garantido ao ensino fundamental e ensino médio, e seja facilitado e acessível a todos, mesmo que os que procurem esteja em idade avançada, com base na lei nº 10.098/2000.

O Decreto de nº 7.611/2011, declara que é dever do estado garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência, e aprendizado assegurado ao longo da vida, oferta de apoio necessário, no âmbito do Sistema educacional, com vista a facilitar sua efetiva educação, entre outras ações e diretrizes.

Fica de fato assegurado as pessoas com deficiência o direito à Saúde, conforme a CF de 1988. O artigo 23 da mesma mostra que é dever do estado a garantia de cuidar e dar assistência as pessoas com deficiência. Assim como é dever do estado e da família assegurar o direito à vida, como define o artigo 227 da Constituição:

Art. 227 – É dever da Família, da sociedade, do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, a alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade, e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de opressão. O Estado promoverá programas de Assistência Integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos:

[...] criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de Integração Social do Adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência e a facilitação do acesso dos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos [...].

A escola é um direito de todos os cidadãos, é necessário pensar-se em currículo que seja elaborado e planejado que facilite o processo ensino aprendizagem, tornando-o um processo de inclusão eficaz no âmbito escolar.

Para Kassar (1995, p. 27):

A inclusão veio justamente ampliar as possibilidades para construir uma sociedade mais justa, dando oportunidades para todos de ocuparem os seus espaços buscando conquistar uma autonomia. É no entrelaçamento ente a educação geral, a educação especial e a proposta de educação para todos em suas dimensões relacionadas às políticas públicas, à formação de professores e as práticas pedagógicas, que se inicia a discussão em torno dos desafios, das possibilidades e das ações para que o processo de inclusão educacional da pessoa com necessidades educacionais especiais seja implementado. O especial e o comum vistos como dois problemas distintos que vem despertando o mesmo espaço, o mesmo lugar físico: A escola pública.

Diante dessa demanda de exclusão, nota-se uma defasagem nos campos educacionais, assim diante de tantas lutas e progressões o objetivo deste estudo foi o de identificar, por meio de uma revisão sistemática as causas e consequências que a exclusão social causa ao menos

favorecidos, seja por qual motivo for, fortemente associados à conduta do profissional e descrever suas relações entre essas variáveis e o problema em foco.

4 O Serviço Social e a Educação

O Serviço Social no Âmbito Educacional, ainda não têm reconhecimento merecido diante de tal importância que a profissão engloba, compreende e a abrange no campo educacional e vem conquistando aos poucos, seu espaço num cenário educacional, ainda carente de melhorias em toda sua complexidade.

A atuação do Assistente Social na política Educacional ainda causa inquietações e consiste em intervir para garantia de direitos dos alunos, pois sabe-se que desde os primórdios a atuação desse profissional é marcada por pontos positivos na área da educação e dando suas contribuições, pois o espaço educacional, que também é espaço de Inclusão Social, tornou-se espaço importante e privilegiado para atuação do profissional Assistente Social, no entanto vale ressaltar que o Assistente Social poderá intervir, viabilizar e garantir diversas formas de ações, que busquem novos olhares e saberes, possibilitando assim com que os alunos conquistem sua própria autonomia, tornando-os sujeitos de sua própria história.

O Assistente Social vem enfrentando inúmeros desafios, principalmente no cenário da política Educacional, tendo esse profissional que se adaptar nas instituições de ensino, elaborar projetos favoráveis a integração e de fato inserir-se nos conhecimentos pedagógicos e legislações para um melhor desempenho profissional e aprofundamento de saberes na Educação Atual.

A Educação não é um campo de trabalho novo para o Serviço Social, está cada dia mais sendo um dos principais espaços de atuação do profissional, tem o processo educacional como interesse para assistentes sociais, tendo em vista seu caráter sócio-político, crítico e interventivo.

Em toda sua complexidade, o serviço social no seu fazer profissional exige inúmeros conhecimentos sobre a realidade tanto que criar meios para atuar, intervir e transformar sob o seu projeto político profissional. Esses enfrentamentos só podem ser realizados através da mediação que o profissional do Serviço Social realiza em suas atuações, sendo a mediação a categoria mais utilizada na prática do Profissional Assistente Social.

Em Faleiros (1999) encontramos o seguinte, em relação a categoria mediação:

A construção e desconstrução de mediações, no processo de fragilização e

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

fortalecimento do poder, implicam um instrumental operativo para captar as relações e colaborar estratégias que constituem o campo de uma profissão de intervenção social na constante relação teoria/prática.

Identificando a potencialidade da Mediação para a prática do Serviço Social, buscando resgate da cidadania, da autonomia, auto estima e dos valores individuais e coletivos dos sujeitos assistidos, pois a Educação ilumina os caminhos da liberdade e da vida.

Método

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi através de uma revisão sistemática com coleta de dados em leituras de leis e artigos científicos, realizados nas bases de dados da biblioteca virtual em saúde (BUS)0; BIRENE, ICIELO e CAPES.

Tenciona-se com essa pesquisa apresentar o papel do assistente social frente a uma educação inclusiva de deficientes físicos, apresentar a contribuição do assistente social, assim como sua intervenção, conduta e ações no âmbito escolar e um conhecimento mais amplo na educação.

Os descritores utilizados foram :Serviço Social; Intervenção profissional e deficientes físicos, publicados entre 2014 a 2018.

Procedimentos

No total foram encontrados 27 artigos voltados para a problemática da pesquisa, após uma leitura prévia, foram desprezados um total de 21 artigos os quais não tinha abrangência e relevância significativa para a pesquisa, restaram um total de 6 artigos para Alencar a elaboração da pesquisa.

A problemática da pesquisa busca responder as seguintes inquietações: qual o papel, as contribuições e intervenções do Assistente Social no âmbito escolar, e assistência voltada para deficiência física nas instituições.

A seleção dos artigos decorreu mediante leitura dos temas, respectivos títulos, resumos, semelharia nos artigos e tendo visto usado os seguintes critérios de inclusão.

a. Tipo de trabalho – Selecionados artigos que transitou por procedimentos de avaliação e qualificação.

b. Tempo – Escolhido estudos publicados entre os anos de 2014 a 2018, últimos 5 anos, pela razão de terem dados e uma recente produção de convicção.

c. Elegido as publicações em português, Inglês, espanhol, pelo fato de obterem maior clareza e entendimento, pois com o domínio das mesmas tornou-se mais coerente a escolha.

d. Temas – Todos os trabalhos, que se tratassem direto ou indiretamente relacionados Educação Inclusiva, Serviço Social, Conduta, Intervenção Profissional.

Posteriormente, selecionados os textos, os conteúdos foram colocados numa tabela, contemplando os seguintes itens: Título, ano da publicação, autores; objeto dos estudos, principais resultados obtidos. Esses dados serviram como base e instrução para construção do presente trabalho, suas análises e sua produção.

Resultados e Discussões

O assistente Social colabora com a construção e execução de programas sociais voltados a Inclusão de alunos com deficiências física nas instituições de ensino. As políticas públicas direcionadas para Educação Inclusiva, auxiliam, amparam e colaboram como base para efetivação dessa problemática, contribuindo para o avanço na atuação e intervenção do Assistente Social nos espaços educativos.

O AEE é pertencente a uma modalidade da educação inclusiva, caracterizando-se como sendo um serviço da educação que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam barreiras para plena participação do aluno especial, levando em consideração suas particularidades e necessidades específicas. (MEC, 2009).

Na pesquisa efetivada observou-se um predomínio de estudos nacionais empíricos e de caráter qualitativo, a partir de cogitações, foram identificados eixos temáticos que versaram sobre: Serviço Social, atuação, intervenção, Inclusão, deficiente físico, inserção, e diante dessa temática obteve-se inúmeros estudos similares. Na obtenção de dados atentou-se para a necessidade do profissional de Serviço Social frente a uma educação inclusiva para deficientes físicos com base nos resultados obtidos, nota-se a preocupação no sentido de se inserir o deficiente físico no espaço escolar, com garantia de direitos, autonomia e acessibilidade facilitada com condições viáveis.

Quadro 01. Quadro demonstrativo referente aos principais dados das pesquisas abordadas.

Autor/ano	Objetivo	Resultado
ABED, N. M. EL. (2017)	Caracterizar a atuação do profissional do serviço social na educação especial.	As assistentes sociais que desenvolvem suas atividades pautadas na ética, com posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços, tido como um dos princípios fundamentais.

Autor/ano	Objetivo	Resultado
CARVALHO, B. C.; SILVA, M. Y.; KIL, M. L. (2016)	Mostrar os avanços e desafios encontrados pelas famílias na busca pela inserção de crianças com síndrome de Down na educação. O objetivo é descrevê-los a partir da concepção das famílias atendidas na APAE Cariacica/ES.	O assistente social juntamente com uma equipe multidisciplinar da escola e da APAE Cariacica-ES, têm condições de participar da elaboração e gerenciamento das políticas sociais, da formulação e implementação de programas sociais, garantindo assim o acesso à educação para crianças com síndrome de Down.
MUNIZ, S. M.; MUNIZ, R. F.; VIANA, T. V. (2018)	Apresentar uma reflexão sobre a atuação do Serviço Social sob a óptica da Educação Inclusiva	Verificou-se que a prática do Serviço Social deve ser pautada através de um trabalho qualificado capaz de mediar, intervir e interagir no momento adequado no ato da inclusão da pessoa com deficiência na escola de Ensino Regular.
FREITAS, S. N.; TEIXEIRA, C. T.; RECH, A. J. D. (2016)	Debater a respeito da gestão e da inclusão escolar de alunos com deficiência que vivem em situação de acolhimento institucional.	Há uma comunicação entre a escola pesquisa e a Equipe Técnica (composta por Assistente Social e Pedagoga) da instituição de acolhimento.
AQUINO, F. S. B.; FERREIRA, I. R. L. (2016)	Conhecer concepções e práticas de psicólogos escolares e docentes de instituições públicas de ensino da cidade de João Pessoa-PB,	Os docentes destacaram como profissionais que poderiam ajudá-los no processo de inclusão escolar: psicólogo escolar (30,8%), orientador escolar (14,2%), professores (14,2%), assistente social (10,7%), cuida dores (7,1%), supervisor escolar (3,5%), todos (3,5%), direção (3,5%), responsável pela sala de recursos (3,5%) e psicopedagogo (3,5%).
SOUZA, L. A. A. R.; SILVA, S. K. L. (2017)	Refletir sobre a atuação do profissional de Serviço Social no Departamento de Educação Especial de Marabá, Região Sudeste do Estado do Pará.	Verifica-se a relevância deste profissional em todo o processo de inclusão do aluno com deficiência no sistema educacional de ensino, uma vez que a partir de uma análise da totalidade social, se buscará garantir direitos intervindo nas múltiplas expressões da questão social, de maneira que seja viável a superação da situação de vulnerabilidade e risco social.

Fonte: Bases de Dados *online*.

O estudo de Abed (2017) coloca em destaque as políticas públicas na educação especial, articuladas às práticas que demonstram o avanço na atuação do profissional do serviço social nos espaços educativos da APAE.

Carvalho e Silva (2016), buscando apontar as dificuldades da inserção da criança deficiente na educação, nos seus resultados constata que as dificuldades aparecem desde a matrícula, até a adaptação e acolhimento da criança na escola regular. Ainda, ressalta que o assistente social tem fundamental participação, pois ele garante e incentiva a articulação entre as famílias e as escolas.

A articulação entre o Serviço Social e a Educação Inclusiva deve contribuir para o fortalecimento das ações que tornam a Educação uma prática de inclusão social, de formação

da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. (MUNIZ; MUNIZ; VIANA, 2018).

No trabalho desenvolvido por Freitas, Teixeira e Rech (2016), foi constatada a necessidade de haver um diálogo entre as escolas e o assistente social.

Ao analisar a atuação do profissional de Serviço Social no Departamento de Educação Especial de Marabá, Souza e Silva (2017) observaram significativa evolução das famílias dos alunos com deficiência inseridos na rede municipal de ensino regular

Considerações Finais

O presente estudo sobre as possíveis intervenções do serviço social na educação inclusiva de deficientes físicos, têm como pretensão de apresentar uma intervenção imediata para a melhoria dessas pessoas com deficiência e apresentar proposições para estudos futuros.

Consideremos que a inserção deste profissional no âmbito escolar é indispensável pelo caráter da necessidade e competência que estes possuem em lidar com as diversas expressões da questão social, além de possuir uma formatação que possibilita um maior domínio metodológico, ético e político que podem contribuir para demanda da realidade escolar frente a esse processo de inclusão.

Concluiu-se que compreender a relevância do serviço social na educação inclusiva é pensar em intervenções que garantam os direitos desses alunos, toda essa demanda engloba grandes desafios a ser enfrentado, e que os raios políticos educacionais possam ter embasamento para uma educação inclusiva de qualidade e que venha promover a sua inclusão e permanência nas intuições de ensino.

E preciso pensar em mecanismos que possam avançar em relação a educação, mais precisamente em educação inclusiva, pois torna-se necessário que no âmbito escolar, ocorra mudanças humanas e financeiros que possibilitem efetiva essa inclusão, erradicando a exclusão, pois assim os portadores de necessidades especiais desenvolverão sua autoestima, autonomia e desenvolverão atividades comum aos demais alunos, e com inserção do profissional de Serviço Social no meio escolar todos esses parâmetro torna-se condições favoráveis para a atuação e intervenção do Serviço Social no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

ABED, N. M. E. Atuação do profissional do serviço social na educação especial. **Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 1, n.1, p. 44-56, 2017.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da Cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2018.

AQUINO, F. S. B.; FERREIRA, I. R. L. Concepções e Práticas de Psicólogos Escolares e Docentes acerca da Inclusão Escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n.2, p. 255-266, 2016.

CARVALHO, B. C.; SILVA, M. Y.; KII, M. L. **A inserção das crianças com síndrome de down na educação**: avanços e desafios. Monografia. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória: Vitória, 2016.

DOS SANTOS, José Vitor Palhares et. al. Políticas de Inclusão de Pessoas com deficiência no Mercado de Trabalho: Uma Análise sobre o Caso Lavras (MG). **Revista Foco**, v. 8, n. 2, p. 04-15, 2016.

FREITAS, S. N.; TEIXEIRA, C. T.; RECH, A. J. D. Alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional: desafios para a gestão e a inclusão escolar. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 4, p.2104-2124, 2016.

MUNIZ, S. M.; MUNIZ, R. F.; VIANA, T. V. Serviço social e inclusão: a atuação do assistente social junto ao processo de inclusão das crianças com deficiência nas escolas de ensino regular. **REVELLI**, v. 10, n. 1, p. 179-92, 2018.

SOUZA, L. A. A. R.; SILVA, S. K. L. **O serviço social e educação especial**: análise da atuação profissional no DEE do município de Marabá-PA. IV Congresso Paraense de Educação Especial, 2017.